

Centro-direita articula projetos no Congresso

Os parlamentares de centro-direita, sob a argumentação de que é necessário criar condições de governabilidade no País, decidiram desencadear uma série de ações legislativas que serão apresentadas formalmente ao Congresso até o final do mês. A idéia surgiu ontem, durante um jantar na casa do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), do qual participaram os ex-ministros Mário Simonsen, Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-MT) e Francisco Dornelles (PFL-RJ). Campos ficou encarregado de formular o texto final dos projetos de lei e as emendas constitucionais que o grupo pretende fazer tramitar.

A primeira proposta era redigir um manifesto à Nação expondo a gravidade da crise econômica e seus reflexos na vida política e institucional do País. A idéia foi abandonada com um argumento de Delfim Netto: "A proposta poderia ser vista como um golpe". "Não importa se pensarem que é golpe. O que não podemos é ficar omissos", reagiu o deputado Luís Eduardo, ao sugerir uma ação concreta no âmbito do Legislativo. O deputado defendeu a reunião em bloco de pelo menos 50 parlamentares, que se mobilizariam para formular propostas de lei que, mesmo não sendo aprovadas, evitariam uma futura acusação de omissão do grupo. A sugestão foi aceita. Ao invés de um manifesto, decidiram elaborar um documento com as propostas de lei. Passou-se então à discussão dos pontos que serão atacados em primeiro plano.

Nesta altura, o anfitrião revelou que sonhava com a reedição do Centrão. "Nós podemos reunir até 200 deputados", animou-se Fiúza. Mas o grupo prefere reunir um bloco parlamentar menor, mas de maior consistência, que não tenha de fazer concessões para angariar apoio. "O PT, com menos de 20 deputados, faz barulho e consegue impor sua participação em tudo", lembrou o deputado Sérgio Werneck (PMDB-MG).

A preocupação com a governabilidade foi o tom de cada um dos depoimentos. "Todos nós sabemos o diagnóstico da ingovernabilidade", disse Delfim. Simonsen, que foi parar na residência de Fiúza a convite de Dornelles, ressaltou que existiam empecilhos de todos os lados: o governo não conseguia colocar em ação os seus programas econômicos e o Congresso não apoiava nem mesmo as tentativas. Exemplificou com as mudanças que o Legislativo fez no Plano Verão.

Campos, que hoje apresenta ao grupo a lista dos pontos cruciais que necessitam de mudança, destacou a necessidade de emendas constitucionais que garantam maior liberdade econômica, acabando de vez com a reserva de mercado em áreas de produção tecnológica e com a proibição de contratos de risco. "A Constituição foi distributiva sem ter o que distribuir", criticou Delfim, exemplificando com a pane criada no sistema de seguridade, que já estaria arrombado.

"Mas a política é a arte do possível", afirmou Fiúza, ao explicar as dificuldades encontradas durante a Constituinte. Ironizando "as irracionalidades emocionais do Congresso, que aprova matérias sem nenhum embasamento técnico".

O tema da sobremesa foi indigesto: sucessão presidencial. O grupo que não consegue um candidato capaz de personalizar suas idéias, aposta na hipótese de que qualquer presidente poderá utilizar as propostas que pretende apresentar. "O importante é ter em mira que o eleitor está cansado de promessas. Temos que falar a verdade. Parar de iludir o povo", afirmou o deputado Luís Eduardo, certo de que o miniprograma emergencial do grupo poderá, no mínimo, incomodar e firmar a posição desses parlamentares, hoje prissionados nas bases a apoiar Collor de Mello.

RICARDO DROR FELSENFELD